

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 2

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das
ciências sociais aplicadas

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-814-4

DOI 10.22533/at.ed.144210802

1. Ciências sociais. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O campo científico dos estudos de Ciências Sociais Aplicadas tem evoluído de modo significativo nos últimos dois séculos em função das transformações estruturais nos contextos, tanto, econômico do sistema capitalista, quanto, político do sistema internacional, os quais repercutiram em crescente complexificação da realidade social, organizacional e familiar.

Diante da crescente fluidez e complexidade da realidade, novas agendas temáticas reflexivas aos avanços empíricos e às transformações humanas emergem, introjetando dinamismo para a valorização dos estudos de Ciências Sociais Aplicadas, com consequente demanda para não apenas explicar os fenômenos, mas também apresentar respostas aos problemas.

Nesta contextualização, o presente livro, “Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 2”, apresenta uma diversidade de leituras que valoriza a abordagem interdisciplinar aplicada à análise da realidade empírica por meio do uso combinado de distintos recortes teóricos e metodológicos.

Estruturado em dezesseis capítulos que mapeiam temáticas que exploram as fronteiras do conhecimento sobre as realidades social e organizacional, esta obra é fruto de um trabalho coletivo constituído pela reflexão de vários pesquisadores oriundos das macrorregiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil.

As análises destes capítulos foram organizadas neste livro tomando como elemento de aglutinação a abordagem interdisciplinar aplicada à análise da realidade dentro de dois grandes eixos investigativos, respectivamente identificados por abordagens empíricas de estudos de caso sobre: a) temas sociais, e, b) temas organizacionais.

Com base nestes eixos temáticos, a presente obra coaduna diferentes prismas do complexo caleidoscópio interdisciplinar das Ciências Sociais Aplicadas, caracterizando-se por um olhar que estimula a pluralidade teórica e metodológica, bem como a prescrição de soluções para os dilemas existentes na realidade de cada estudo de caso.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico do campo das Ciências Sociais Aplicadas em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APRENDIZAGEM PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ATIVIDADE EXTENSIONISTA DIALÓGICA DE APRENDIZAGEM COM EFETIVIDADE PARA A GESTÃO NO PARADIGMA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Alessandra Mantovaneli
David Ranieri Bulgari
Simone Ferreira de Sousa
Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Érica Crespi Amêndola

DOI 10.22533/at.ed.1442108021

CAPÍTULO 2..... 14

ACERTANDO A TEORIA: SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Brenda Fante da Paixão

DOI 10.22533/at.ed.1442108022

CAPÍTULO 3..... 26

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL EM UMA ANÁLISE ERGONÔMICA

Fernanda Garcia de Lima
Laís de Marins Patata Ferreira
Larissa Cardoso Almeida

DOI 10.22533/at.ed.1442108023

CAPÍTULO 4..... 35

O PAPEL DO FARMACÊUTICO NO TRATAMENTO DA DOENÇA DE PARKINSON

Ester Elaine Gonsalves de Aguiar
Gustavo Alves Andrade dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.1442108024

CAPÍTULO 5..... 46

SISTEMA PRISIONAL: UMA LEITURA ANÁLITICA COMPORTAMENTAL

Sandro Paes Sandre
Andre Vasconcelos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1442108025

CAPÍTULO 6..... 56

DESENVOLVIMENTO DO JOGO PEDAGÓGICO SER+: GÊNEROS, SEXUALIDADES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Bruno Cruz Candido
Renata Barbosa Porcellis da Silva
Mariana Piccoli

DOI 10.22533/at.ed.1442108026

CAPÍTULO 7	66
INFÂNCIA E DISCURSO: ANÁLISE DISCURSIVA DE JORNAIS EM GUARAPUAVA (1930/1940)	
Micheli Rosa	
Claudia Maris Tullio	
DOI 10.22533/at.ed.1442108027	
CAPÍTULO 8	77
ENTREVISTA CONSTRÓI IMAGEM EMPRESARIAL discursIVA: ESTUDO TEXTUAL NUM EXEMPLAR DA oDEBRECHT INFORMA	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1442108028	
CAPÍTULO 9	91
O VIÉS SOCIAL NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: CONTRIBUIÇÕES PARA CIDADANIA	
Maria Angelica de Araujo Oliveira	
Paulo de Tarso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1442108029	
CAPÍTULO 10	106
O PERFIL EMPREENDEDOR NA INFLUÊNCIA POSITIVA DA BUSCA DE OPORTUNIDADE E INICIATIVA AO EMPREENDEDORISMO	
André Luis da Silva	
Carlos Takashi Konaka	
DOI 10.22533/at.ed.14421080210	
CAPÍTULO 11	128
EMPREENDEDORISMO E GESTÃO EM GASTRONOMIA	
Potiguara Spindola Alcantara	
DOI 10.22533/at.ed.14421080211	
CAPÍTULO 12	141
GESTÃO DE PROCESSOS: UM ESTUDO DE CASO EM UM RESTAURANTE <i>FAST FOOD</i>	
Juliana Damaris Candido de Lima	
Annah Bárbara Pinheiro dos Santos	
Juliana Feres Castelo	
Karla Andréa Dulce Tonini	
Paula Albuquerque Penna Franca	
DOI 10.22533/at.ed.14421080212	
CAPÍTULO 13	152
FAZENDO POLÍTICA COM O GARFO: POLITIZAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR EM UM ESPAÇO DE GASTRONOMIA E HOSPEDAGEM NO RIO DE JANEIRO	
Paula Albuquerque Penna Franca	
Juliana Damaris Candido de Lima	
Nicolle de Souza Venturi	

Annah Bárbara Pinheiro dos Santos
Anna Paola Trindade Rocha Pierucci

DOI 10.22533/at.ed.14421080213

CAPÍTULO 14..... 167

DO FORDISMO AO UBERISMO: REFLEXÕES E NOVOS PARADIGMAS PARA A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E DO TRABALHO NA ERA DA INOVAÇÃO

Railson Marques Garcez

Leandro José Teixeira Barros

DOI 10.22533/at.ed.14421080214

CAPÍTULO 15..... 182

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO MUNICIPAL POR MEIO DA PLATAFORMA DE ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS (PALP)

Victor Gomes Jorge

Renan Antonio da Rocha

José Augusto Lopes Costa

Vinícius Storolli Santos

Caroline Ferreira Gonçalves

Cláudia Souza Passador

DOI 10.22533/at.ed.14421080215

CAPÍTULO 16..... 196

O PARQUE TECNOLÓGICO DE MARÍLIA/SP NA INSERÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL LOCAL SOB A ÓPTICA DOS MÚLTIPLOS FLUXOS

Nathália Gonçalves Zaparolli

DOI 10.22533/at.ed.14421080216

SOBRE O ORGANIZADOR..... 209

ÍNDICE REMISSIVO..... 210

CAPÍTULO 15

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO MUNICIPAL POR MEIO DA PLATAFORMA DE ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS (PALP)

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 07/12/2020

Victor Gomes Jorge

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/0582438359284588>

Renan Antonio da Rocha

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/5572818166671227>

José Augusto Lopes Costa

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8642232761458851>

Vinicius Storolli Santos

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8977641927179494>

Caroline Ferreira Gonçalves

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8977464490862835>

Cláudia Souza Passador

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9233921283764542>

RESUMO: O projeto tem como objetivos a realização de pesquisas para determinar os principais modelos da Inovação na Gestão Pública, nas licitações e na transparência dos

gastos públicos, bem como a realização de pesquisas para verificar a possível efetividade da Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas (PALP) como instrumento de inovação tecnológica na gestão municipal e ferramenta de participação popular e de controle social.

PALAVRAS - CHAVE: Licitação, Contratos Públicos, Transparência Pública, Tecnologia na Gestão Pública

TECHNOLOGICAL INNOVATION IN MUNICIPAL MANAGEMENT THROUGH THE PLATFORM FOR ACCOMPANYING PUBLIC BIDDING (PALP)

ABSTRACT: The project's objectives is conduct research to determine the main models of innovation in public management, in bidding and in the transparency of public spending. In addition, conduct a research to verify the possible effectiveness of Platform for Monitoring Public Bids (PALP) as an instrument of technological innovation in municipal management and a tool for popular participation and social control.

KEYWORDS: Bidding, Public Procurement, Public Transparency, Technology in Public Management

1 | INTRODUÇÃO

Prestes a completar 30 décadas de existência, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida popularmente como “Constituição Cidadã”, provocou diversas significativas mudanças no contexto nacional, principalmente na dinâmica

da vida social e na recuperação/garantia de direitos civis e políticos.

Esta mesma Constituição Federal permitiu estruturar e consolidar princípios altamente importantes à prática e à forma em se conceber Gestão Pública no Brasil nos três níveis da Federação, quais sejam, Municipal, Estadual/Distrital e União. Atualmente os princípios norteadores da Gestão Pública Brasileira, são “Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência” (CF, 2017). Mesmo atrelada a estes princípios constitucionais a Gestão Pública é passível de disfunções ilegais como Improbidade Administrativa, Peculato, Desvio de Conduta/Dinheiro Público, Enriquecimento Ilícito e Corrupção.

No Brasil, uma das principais causas da corrupção – em ranking divulgado sobre a percepção de corrupção em 2016, o país é apontado como o 76º colocado, dentre 175 nações participantes (ONU, 2017) – é a falta de transparência em contratos de compra de produtos e de obras públicas. Apesar de os contratos serem divulgados em sites, conhecidos como portais da transparência, o acesso à informação é complicado, devido ao excesso de termos técnicos, desconhecidos pela maioria da população e a falta de funcionalidade desses portais.

Além disso, após o fechamento dos contratos, não há nenhuma forma de a população acompanhar o andamento das obras. Esses problemas, facilitam o desenvolvimento da corrupção, pois os contratos, em geral, não são investigados, e as obras podem ter superfaturamento, atrasos e não atenderem às especificações do contrato, o que prejudica a população, que poderia usufruir de uma obra com qualidade.

O contexto político do Brasil, atualmente, abre oportunidades para que projetos relacionados à transparência sejam desenvolvidos. Nos últimos anos, devido à exposição na mídia, nacional e internacional, de escândalos de corrupção, muitos deles envolvendo as principais empreiteiras brasileiras, percebeu-se a falta de ferramentas para acompanhar e investigar contratos de licitação, pois em caso de suspeitas de fraudes, a população poderia se mobilizar e cobrar explicações dos órgãos competentes.

Diante deste cenário e do contexto da transparência no Brasil, a PALP – Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas – um site em desenvolvimento surge como uma solução inovadora, sendo uma ferramenta em potencial de fiscalização para a população exercer a sua cidadania.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica descritiva por expor as características que a compõe (VERGARA, 2000) foi realizada com o objetivo de compreender os principais modelos de licitação no setor público. A escolha da pesquisa descritiva, teve como objetivo analisar minuciosamente o objeto de estudo, e a pesquisa bibliográfica feita, juntamente com o estudo exploratório possibilitou ao bolsista uma imersão no tema estudado, a fim de que

este tivesse uma sólida base de conhecimentos prévios sobre o assunto. A combinação dos dois modelos são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais atenciosos com a atuação na prática. (GIL, 1999).

A pesquisa feita durante o primeiro semestre envolveu a busca por artigos em bases de dados, a saber: Scielo, Scopus, Google Scholar e Periódicos CAPES. A busca por índices, envolveu palavras chave como “licitações” e combinações, a saber: “licitações + contratos administrativos”, “licitações + transparência”, e “licitações + pregão”. Desta pesquisa, foi elaborada uma lista de dez referências entre artigos, livros e leis para compor o referencial teórico do projeto com restrição de períodos compreendidos entre 2010 a 2017 uma vez que o referido período nos permite uma compreensão atualizada do tema em pesquisa, sendo os mesmos escolhidos por gerar conhecimento sobre a finalidade do contrato administrativo, seus princípios e formas de execução, além de detalhar o procedimento licitatório juntamente com conceito, princípios, modalidades e processo de elaboração.

A abordagem utilizada para a investigação da questão-problema e do alcance dos objetivos almejados foi a abordagem quantitativa, uma vez que os resultados estatísticos ajudarão a entender o volume de licitações no período selecionado no processo de pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, levando em conta que a realidade é melhor compreendida com base na análise de dados brutos sendo coletados com a utilização de equipamentos padronizados e neutros. (Fonesca, 2002).

A pesquisa quantitativa utiliza um instrumento estatístico como base de análise do processo, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Este tipo de pesquisa, para Malhotra (2004, p. 154) “procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma de análise estatística”, e se centra na objetividade, sem que esses dados tenham uma aplicação mecânica.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Administração Pública, Contratos Administrativos e Licitação

Segundo Filho (2014) a administração pública assume vários sentidos, uma vez que se atribui diversas atividades como objetivo do Estado, a numerosa quantidade de órgãos e agentes incumbido de executar essas tarefas.

Há um consenso entre os autores no sentido de que a expressão “administração pública” é de certo modo duvidosa, exprimindo mais de um sentido. Uma das razões para o fato é a extensa gama de tarefas e atividades que compõem o objetivo do Estado. Outra é o próprio número de órgãos e agentes públicos incumbidos de sua execução. Exatamente por isso é que, para melhor precisar o sentido da expressão, devemos dividi-lo sob a ótica dos executores da atividade pública, de um lado, e da própria atividade, de outro. (Filho, 2014, p.11)

Ainda segundo Filho (2014), no sentido objetivo da administração pública, essa exerce o papel de gestora dos interesses públicos executada pelo Estado, seja por sua prestação de serviço ou organização interna. No entanto, seja qualquer situação de administração da coisa pública (*res publica*) é irrefutável que o objetivo final seja o atendimento dos anseios da sociedade. Já no sentido subjetivo, o conjunto de agentes, órgãos e personalidades jurídicas têm a responsabilidade de executar as funções administrativas, não se confundindo com a atividade de um único do poder do Estado, como o Poder Executivo, que na sua essência exerce papel de administrador, sendo que todo agente ou órgão que executa algum tipo de atividade administrativa dentro de qualquer um dos poderes está sobre a égide da Administração pública.

Segundo Neto (2014) nem todo contrato com a administração se caracteriza contrato administrativo, tendo algumas características que os diferenciam. Sendo o contrato com a administração o pacto contratual com união de vontades bilaterais e que a Administração Pública compões umas das partes com as características subjetiva. Portanto, para que se componha um contrato administrativo de fato é necessário que exista a finalidade do objeto e ou do agente delegado de atender meramente o interesse público atendendo às características objetivas da Administração Pública.

No contrato, figura da Teoria Geral do Direito, há uma manifestação recíproca de vontades entre dois entes, conformando uma relação jurídica bilateral em que os respectivos interesses das partes se compõem e instituem uma vontade comum nascida do consenso, autônoma e diferenciada das vontades individuais originais, que, a ambas subordinando, passará a reger a relação assim formada. O contrato administrativo, como espécie de contrato, embora apresente os mesmos elementos deste gênero, se distingue com relação a um deles – o interesse – por ser qualificado pela ordem jurídica como da natureza pública, submetendo-o, assim, ao regime do Direito Administrativo. Portanto, para que se caracterize um contrato administrativo, não será necessário que uma das partes seja a própria Administração Pública atuando por uma de suas personificações constitucionais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) ou infraconstitucionais (autarquias e figuras assemelhadas), bastando que seja um ente delegado que, nesta condição, esteja a cargo da satisfação de interesses públicos específicos (Neto, 2014, p. 253).

Na esfera privada, os particulares dispõem de ampla liberdade para contratar serviços e adquirir bens, já o Poder Público necessita de um procedimento rigoroso, preliminar e estabelecido em lei para realizar tais atos (MELLO, 2013).

Licitação é a designação geral de um conjunto de procedimentos que antecedem os contratos entre o setor público e os particulares.

Marçal Justen Filho (2005, p.309) define, de maneira sintética, licitação como sendo o procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência

específica (JUSTEN FILHO, 2005, p.309).

Di Pietro conceitua licitação como: procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato (DI PIETRO, 2013, p.370).

Existem registros históricos de “procedimentos licitatórios” na Europa medieval. Um sistema chamado “vela e preção” resumia-se em um processo no qual uma desejada obra era apregoada enquanto uma vela queimava, os construtores faziam suas ofertas e quando a chama se apagasse o construtor detentor da melhor oferta era o vencedor (MEIRELLES, 2006).

No Brasil, a ideia de que as compras públicas deveriam ser reguladas sob um crivo legislativo não é recente, desde a muito se reconhece que os administradores da coisa pública não poderiam ter liberdade total para dispor dos bens e valores a ela ligados (SCARPINELLA, 2003).

A origem das licitações é muito anterior a atual regulação existente, sendo alguns dos diplomas mais relevantes na sua estruturação:

Decreto nº 2926, de 14 de maio de 1862, o qual já regulamenta “as arrematações dos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Públicas” e já fixava princípios norteadores das Compras Públicas: a publicidade, o sigilo das propostas e a igualdade entre os participantes (SPRICIGO; FONSECA, 2008);

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o qual estabeleceu as diretrizes da Reforma Administrativa do Estado de 1967 e já criava algo similar ao modelo contemporâneo de licitações, com propostas lacradas e exigência mais complexa de documentação (BRASIL, 1967);

Constituição Federal, de 22 de setembro de 1988, que conferiu competência privativa para a União legislar sobre as normas gerais de licitações e contratos. Definindo um novo patamar ético para as aquisições de bens e serviços pela Administração Pública, no seu art. 37 (BRASIL, 1988); na contemporaneidade, o diploma legal mais relevante para o regime de licitações é a Lei 8.666, de 21 de janeiro de 1993, conhecida popularmente como a Lei de Licitações e Contratos (BRASIL, 1993). Em sua primeira seção dispõe sobre o dever e a amplitude do ato de licitar, o qual abrange os poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público, os Tribunais de Conta, seja no âmbito da União, Estados, Municípios e do DF, em suas administrações direta e indireta. Todas as autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas estão sujeitas ao dever de licitar.

A Lei de Licitações é extensa e complexa, em seus 126 artigos ela praticamente esgota a matéria referente aos procedimentos licitatórios, além de tratar também dos contratos administrativos e de toda uma miríade de procedimentos correlatos e sanções (MUKAI, 1999).

Dentro do entendimento do processo licitatório existem vários procedimentos contemplados, conhecidos como modalidades de licitação.

A expressão modalidade é utilizada para designar as espécies do gênero licitação, as quais diferem entre si quanto à estrutura e finalidades. Não sendo simplificarmente resumidas as suas características formais, como o prazo de publicidade ou o teto de valor ao qual se aplicam (JUSTEN FILHO, 2005, p. 320).

Na Lei nº 8.666 / 93, o dispositivo responsável pela definição das modalidades é o art. 22, o qual prevê cinco modalidades: concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso. Como sexta modalidade, o pregão foi adicionado posteriormente no ordenamento jurídico pela Lei nº 10.520 / 02.

3.2 Transparência Pública

O Estado brasileiro é estruturado com base nos pressupostos do Estado de Direito, nascido no apagar das luzes do século XVIII e consolidado no último século. Na contemporaneidade, esse tipo de estrutura sofre os efeitos das alterações profundas na ordem social e econômica, atreladas às reconfigurações da geopolítica mundial ocorridas na última metade do século XX e início do século XXI.

As diretrizes da Administração Pública nacional, consolidadas com a Constituição de 1988, acabaram tornando-se anacrônicas em alguns aspectos, em meio às mudanças promovidas pela globalização, em especial no que se refere aos novos paradigmas tecnológicos impostos nas últimas décadas. Neste ponto, o resultado prático dessas conjecturas.

consiste na uniformização cultural dos diversos países, na redução dos poderes políticos estatais, na revisão do conceito de soberania, na intensificação do comércio mundial, na predominância das empresas transnacionais e na preponderância de concepções econômicas para organização da vida individual e coletiva. Nesse cenário, é muito difícil continuar a conceber o Estado e suas relações com a sociedade de acordo com os modelos difundidos em meados do século XX. Há a redução da atuação estatal, com a convocação da sociedade e da empresa privada para promover a satisfação de necessidades de cunho coletivo (JUSTEN FILHO, 2005, p.16).

Existe uma demanda popular crescente por mais eficiência na gestão dos recursos públicos, as transformações sociais, políticas e econômicas, bem como o advento das tecnologias de informação, aumentam essa pressão para que a administração pública faça cada vez mais com menos. A avaliação geral dos serviços públicos é negativa, em especial no que se refere a moralidade e eficiência, as compras públicas são especial expoente dessa crítica, por serem um dos principais meios pelo qual a administração pública aloca os recursos arrecadados.

A transparência, decorrente do princípio administrativo da publicidade, previsto no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é uma das questões mais

abordadas; podendo ser considerada um pilar fundamental para o equilíbrio do sistema de pesos e contrapesos do Estado de Direito dentro do paradigma tecnológico atual de conectividade e onipresença das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

De acordo com ALVES (2015, p. 23), segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), a transparência e o acesso à informação estão previstos como direito do cidadão e dever do Estado na Constituição Federal e em diversos normativos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar n.º 101/00), a Lei da Transparência (Lei Complementar no 131/09) e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei no 12.527/11).

Visto que pedir e ter acesso a dados públicos é direito de todo cidadão brasileiro, a CGU lançou em janeiro de 2013 o programa Brasil Transparente para auxiliar na implementação das diretrizes previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI) em Estados e Municípios. Tal programa tem como objetivo juntar esforços no incremento da transparência pública e na adoção de medidas de governo aberto.

Sancionada em 2011 pela então presidente Dilma Rousseff, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que entrou em vigor em 2012, é um avanço no que tange a transparência e tratamento de dados referente às informações públicas e do serviço de informações ao cidadão, ao possibilitar que “qualquer interessado” possa ter acesso rápido e fácil a informações oriundas de órgãos públicos. (Site CGU: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente>).

Vale ressaltar, contudo, que o não cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) é considerada infração administrativa e os servidores públicos estão sujeitos a serem processados por improbidade administrativa e, até mesmo, à suspensão da função exercida.

Na última década, a onipresença e a conectividade constantes proporcionadas pelo alto volume e variedade de aparelhos de telefonia móvel, criou novas formas de interação entre pessoas e entre pessoas as instituições.

A maneira de ensinar nas escolas foi alterada, as empresas investem cada vez mais em Internet móvel para aumentar o consumo de seus produtos e os governos redefinem as formas de interagir com os cidadãos, que agora têm novos canais e oportunidades para o exercício da cidadania e participação na vida política (DE LIMA, 2017).

De acordo com TAVARES *et al* (2011, p. 2), as atuais transformações sociais que se processam a partir de inserção cada vez maior na vida cotidiana de tecnologias comunicativas digitais demonstram importantes diferenças entre esses meios de comunicação e os anteriores. Vale ressaltar que, ao longo da década, o rápido desenvolvimento da internet e seus aplicativos engendraram novos padrões de tratamento da informação pública e, por conseguinte, de novas possibilidades de ações da sociedade civil (TAVARES *et al*, 2011).

Em conformidade com CRUZ *et al* (2011, p. 155), diante dessa realidade, os códigos internacionais de boas práticas de governança na gestão pública, com destaque para os

códigos elaborados pela *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela *International Federation of Accounts* (Ifac), além de sugerirem as ações que se traduzem em boas práticas, também têm apontado a internet como meio de comunicação com potencialidade de disponibilizar informações de forma tempestiva e transparente aos diversos atores sociais.

Conforme dito por FIGUEIREDO E SANTOS (2014), a sociedade deve participar no acompanhamento e controle da gestão pública, interagindo com o governo, podendo solicitar estas informações de seu interesse, a qualquer momento.

No entanto, ainda nas palavras de CRUZ *et al*:

Ressalta-se que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente. É necessário que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas (2011, p. 157)

Segundo ALVES (2015, p. 16) a transparência e o controle social são conceitos indissociáveis, considerando o objetivo comum de bem-estar social e o interesse coletivo (apud Santos, 2013, p. 40). Além do mais, a participação da sociedade, atualmente, conceituada como controle social, prescinde de informações precisas que a auxiliem no dimensionamento de suas demandas e na correção de rumos das decisões adotadas pelos agentes delegados. Aplicando a transparência nas informações, o gestor público possibilita à sociedade o efetivo controle de seus destinos.

Transparência governamental traduz-se perfeitamente no Movimento de *Open Government Data* (OGD) ou Dados Abertos Governamentais, uma tendência de caráter mundial que, em síntese, significa o compartilhamento, com toda a sociedade, de informações governamentais indisponíveis ou somente acessíveis internamente. O movimento propõe ainda que tais informações tenham o mínimo necessário de restrições para seu uso e reuso (JANSSEN, CHARALABIDIS, ZUIDERWIJK, 2012).

Uma das manifestações chave do movimento de *Open Data* é a promoção dos *hackathons* cívicos (HEAD, 2017), maratonas de programação onde o ponto chave é influenciar a transparência governamental, de modo que se desenvolvam *softwares* voltados a resolução de problemáticas da cidadania.

Um *hackathon* cívico promovido pela Universidade de São Paulo (USP) foi responsável pela idealização embrionária da Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas (PALP), um sistema voltado para fiscalização do andamento das licitações públicas.

Instrumentos como a Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas (PALP) podem auxiliar a mudar um panorama todo em um país como o Brasil, visto que essa ferramenta se encontra na rede mundial de computadores (Internet) que tem, segundo CRUZ *et al* (2012, p. 155, apud OLIVEIRA E MARTINEZ, 2007) papel preponderante como meio de propagação de informação e conhecimento em diversas áreas, além de acesso

múltiplo e massivo, já permite que o mesmo seja utilizado complementarmente, inclusive por recomendação legal (Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009 e lei nº 9.755/1998) para divulgação de informações de atos da administração pública.

3.3 Investimento público

Em se tratando de investimento público no Brasil, existem diversas áreas em que o capital pode ser aplicado de forma a obter um retorno eficiente para o governo frente à população. Os maiores destaques neste texto serão para a relação do público-privado, infraestrutura e educação.

Para começar a análise sobre o investimento público, bem como seu impacto em setores diferenciados da economia, é necessário compreender a importância de se investir nesse meio. Para Rodrigo Octávio Orair (2016), em um estudo realizado no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), é preciso desmistificar a questão de que investimento e despesa pública possuem as mesmas características, posto que, o primeiro, constitui geração de fluxo futuro de receita e amplia o patrimônio líquido do país. Com isso, acumulando ativos fixos que contribuirão para reduzir flutuações econômicas da economia capitalista, pois em momentos de instabilidade, os investidores optam por ativos mais líquidos (títulos públicos). O autor complementa afirmando que o investimento público é uma variável macroeconômica que estimula tanto a demanda como a oferta, no curto e médio/longo prazo, respectivamente. Além de ser uma fonte de sustentação da economia, se mantida em níveis estáveis, contra as crises e influenciador do crescimento econômico. Diante desses fatores, destaca-se a importância do investimento público para geração de resultados eficientes na economia. Nessa linha, a PALP surge como resultado da demanda oferecida pelo setor público e com o objetivo de gerar soluções concretas que não permitam flutuações, mantendo os níveis de estabilidade e bem-estar social.

No que tange o tema corrupção e em se tratando de países subdesenvolvidos, a área de licitação de bens e serviços é uma das mais expostas a esse risco, bem como os setores de infraestrutura onde normas e leis de execução são frágeis, no entanto, uma ínfima parcela da população possui conhecimento acerca disso (Shakantu, 2003). Tal fato implica que qualquer método que diminua a corrupção no sistema de licitações, afetará substancialmente os outros setores da economia e, conseqüentemente, os resultados do país, aumentando a eficiência dos gastos e diminuindo as despesas (Mawenya, 2007-2008). Uma pesquisa global sobre corrupção mostrou que o volume de subornos dentro do campo das licitações está estimado em torno de \$390-400 bilhões de dólares por ano (Lengwiler and Wolfstetter, 2006), salientando, então, a importância do investimento público em ferramentas que possibilitem o gerenciamento/monitoramento de práticas abusivas dos órgãos públicos, bem como a fomentação da capacidade dos governos e cidadãos em usá-las, incluindo garantia de acesso às tecnologias e ao conjunto mínimo de saberes necessários ao seu manuseio (OGP, 2011).

No que cerne, ainda, a corrupção, o estudo pioneiro foi o *paper* de Rose-Ackerman (1975) que faz uma análise econômica da corrupção, a partir disso, percebeu-se a importância da relação entre corrupção e o crescimento da economia, já que a associação entre ambas é inversamente proporcional. Rose-Ackerman (1978), Murphy et al. (1991, 1993) e Shleifer e Vishny (1993) desenvolveram argumentos teóricos para explicitar que a alocação incorreta de recursos e serviços causam a deterioração da economia, que, em conjunto com a literatura empírica, utilizaram de dados cruzados para estimar a corrupção, além de refletir as diferentes implicações da teoria. Com base nesse estudo, Mauro (1995), encontrou uma relação inversamente proporcional entre os elevados níveis de corrupção com baixos níveis de investimento, prejudicando o crescimento econômico. Diante disso, a PALP aflora como uma ferramenta de investimento público complementar no combate à corrupção, influenciando positivamente o desenvolvimento da economia.

3.4 Tecnologia

Trabalhos manuais, há muito tempo, sofrem reduções, pois com a introdução de tecnologia existem inúmeras ferramentas disponíveis, as quais promovem agilidade no desempenho das necessidades diárias.

Os governos brasileiros têm realizado, desde os anos 60, esforços consideráveis de informatização dos seus processos. Mais recentemente, a partir da década de 90, verifica-se ênfase na melhoria da prestação de serviços ao cidadão utilizando os meios eletrônicos, principalmente a Internet (Cunha e Reinhard, 2001).

A Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP – tem como objetivo negociar preços de bens e serviços que a Administração Pública adquire por meios eletrônicos, fomentando a ampla competitividade e igualdade na participação para os usuários. De acordo com Figueiredo (2002, p.29), o Pregão consiste na “disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais”.

Contudo, quando a tecnologia está associada diretamente com a administração pública, há a dinamização dos resultados, podendo gerar serviços com maior valor associado e menor custo.

Na esfera mundial, existe métodos para quantificar e avaliar a eficiência do governo eletrônico, pois existe a necessidade e preocupação de avaliar e quantificar os melhores profissionais dos governos. Segundo Potnis (2010) a relevância do estudo está em avaliar a qualidade dessas pesquisas para informar seus usuários, entre os quais estão acadêmicos e profissionais dos governos. A Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas (PALP) possui a característica de promover a transparência, eficiência e a qualidade nos governos, pois nela há a extração de informações, as quais são alimentadas pela população, serve de embasamento para pesquisas sobre licitações e podendo ser método de fiscalização das obras públicas.

No cenário político do Brasil atual, existe oportunidades para o desenvolvimento de projetos que relacionam transparências e inovação na Gestão Pública. Segundo Schumpeter (1982) a inovação é descrita como novas combinações entre materiais e forças produtivas a fim de viabilizar novos produtos e o desenvolvimento econômico, e esse processo dinâmico de substituição de antigas tecnologias por novas é denominado “destruição criadora”. A PALP se propõe a atacar um grave problema brasileiro: a transparência dos gastos públicos.

No estudo de caso a Implementação do ERP – *Enterprise Resource Planning* – em Lençóis Paulistas (SP), o sistema teve como objetivo administrar o volume de recursos e demandas da população. Segundo Moreno; Junior e Cavenaghi (2007) conclui-se que o projeto de implantação de um sistema de informações integradas da Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista ainda está em andamento, mas algumas conclusões preliminares podem ser levantadas.

Atualmente, existe uma preocupação de como as inovações tecnológicas impactarão os Estados, uma vez que, o que se pensa, é que esse impacto tornaria a população mais presente nas grandes decisões de uma nação e, conseqüentemente, promoveria uma maior transparência das ações favoráveis ou contrárias a população.

Entretanto, o que se espera é que as ondas da inovação não atinjam os Estados de maneira uniforme e organizada. Ao contrário, pensamos que práticas inovadoras podem ocupar a agenda de pequenas prefeituras, escolas, hospitais, creches, ou de qualquer unidade governamental que, tocada pela vontade de mudar, mobilize pessoas, servidores e cidadãos, para esse esforço (AGUNE e CARLOS, 2017).

Assim sendo, é necessário fazer mais com menos, uma vez que a os desafios enfrentados pelo setor público vêm se multiplicando e se tornando mais complexos a cada instante. Desta forma, para solucionar os problemas do mundo moderno, a sociedade espera do setor público soluções tão, ou mais efetivas, quanto as providas pelas melhores empresas do setor privado. (Vieira, 2015).

4 | CONCLUSÃO

Os princípios norteadores da Gestão Pública Brasileira, são “Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência” (CF, 2017), mas esses princípios por si só não são capazes de solucionar os problemas que surgem ao longo do tempo, é preciso a ação dos agentes públicos e da população para fazer valer esses princípios. A Transparência Pública no Brasil teve significativo progresso após a sanção da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011, pela então presidente Dilma Rousseff; sendo considerado por muitos um avanço no que diz respeito a transparência de dados públicos, possibilitando a qualquer cidadão o acesso rápido e fácil às informações vindas de diversos setores públicos.

Contudo, mesmo que a transparência seja fruto do princípio administrativo da

publicidade, é importante ressaltar que nem sempre a solicitação por informações é atendida de maneira integral; as informações desejadas muitas vezes não são encontradas de maneira rápida e fácil, visto que no Brasil ainda há uma grande névoa no que diz respeito a liberação de dados públicos para a população; mesmo que o não cumprimento da LAI seja considerado infração pública, sinalizando uma percepção de que o ato de dar publicidade, por si só, não implica, necessariamente, em ser transparente.

Como poder acessar dados públicos é direito de todo e qualquer cidadão brasileiro, várias entidades, como a Controladoria Geral da União (CGU), lançaram programas que prometem amparar a implementação das diretrizes da LAI e, para tanto, o surgimento de novos instrumentos capazes de promover conectividade ajudou a criar novas maneiras para que os cidadãos possam interagir e cobrar o poder público.

Por fim, apesar da PALP ser uma plataforma inovadora e que promova transparência, ela ainda não é o suficiente para alcançarmos um padrão de excelência em eficiência, transparência e participação popular nos gastos públicos. Ademais, a plataforma necessita de ajustar-se a pontos levantados na pesquisa para que consiga chegar ao patamar desejado; além de conseguir fisgar o engajamento popular, essência para a alimentação e controle das informações dispostas.

REFERÊNCIAS

AGUNE, R., CARLOS, J. A. **Radar da Inovação – O que os governos precisam enxergar.** *Estudos Avançados*, v. 31, n. 90, 2017

ALVES, Márcia Dornelas. *Transparência e Controle Social no Acompanhamento da Aplicação de Recursos Públicos: Atuação do Observatório Social (OS).* Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015

BRASIL. Constituição (1988). *Institui a Constituição da República Federativa do Brasil.* Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1988.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da and MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. *Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.* **Rev. Adm. Pública [online]**. 2012, vol.46, n.1, pp.153-176. ISSN 0034-7612.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; REINHARD, Nicolau. *Portal de serviços públicos e de informação ao cidadão: estudo de casos no Brasil.* **Anais..** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 30º ed. Forense 2017.

FIGUEIREDO, J. R. **Licitações públicas.** Florianópolis: Insular, 2002.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e Participação Social da Gestão Pública: Análise Crítica das Propostas Apresentadas na 1ª Conferência Nacional Sobre Transparência Pública. **Revista de Contabilidade e Controladoria, Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 73-88, jan/abr. 2014. ISSN 1984-6266

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HEADD, Mark. Open government hackathons matter. Govfresh, 2011. Available at: <<http://govfresh.com/2011/08/open-government-hackathons-matter/>>. Access in 20.dec. 2017. <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente>

JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. **Information systems management**, v. 29, n. 4, p. 258-268, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005. 1308 p.

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm>. Acesso em 15 de maio de 2017.

Lengwiler, Yvan and Wolfstetter, Elmar, Corruption in Procurement Auctions (January 10, 2006). **Handbook of Procurement**. Ed. by N. Dimitri, G. Piga, and G. Spagnolo. Cambridge University Press, 2006.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MAURO, Paolo. "Corruption and Growth." The Quarterly Journal of Economics. Oxford University Press. Ago. 1995.

MAWENYA, A. S. "Challenges of delivering value for money [from] Consulting engineering services in corruption prone sub-Saharan African Countries". Paper presented at the 14th GAMA conference, Botswana. 2007.

MEIRELLES, H L. (2007) **Direito Administrativo Brasileiro**. Atualizada por: Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 33ª ed. – São Paulo: Malheiros Editores.

MELLO, C A B. (2008) **Curso de Direito Administrativo**. 25ª Edição. Revista e atualizada até a Emenda Constitucional 56, de 10.12.2007, 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores. x

MORENO, J.; JUNIOR, J.; CAVENAGHI, V. **Tecnologia da informação na gestão de cidades: um estudo de caso de implementação de ERP em um município paulista**. *Revista Gestão Industrial*. Janeiro, 2007.

MUKAI, T. **Licitações e contratos públicos**; comentários à Lei n.º 8.666/93, com as alterações da Lei n.º 9.648, e análise das licitações e contratos na EC n.º 19/98 (Reforma Administrativa). 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MURPHY, Kevin M.; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. “**The Allocation of Talent: Implications for Growth**”. *Quarterly Journal of Economics*, United States, v. 108, n. 03, p. 599-617, 1991.

MURPHY, Kevin M.; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. “**Why is Rent-Seeking so Costly to Growth?**”. *American Economic Review*, Papers and Proceedings. United States, 1993.

NETO, D F M. **Curso de Direito Administrativo**. 16ª edição. Forense 2014

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP (OGP). **Plano de ação brasileiro**. Disponível em: <www.opengovpartnership.org/countries/brazil>. 2011.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal**. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

POTNIS, D.D. **Measuring e-Governance as an innovation in the public sector**. *Government Information Quarterly*, n. 27, p. 41-48, 2010.

ROSE-ACKERMAN, Susan; “The Economics of Corruption”. **Journal of Public Economics**, IV (1975), 187-203.

SCARPINELLA, Vera. **Licitação na modalidade de pregão**:(Lei 10.520, de 17 de julho de 2002). São Paulo: Malheiros, 2003

SHAKANTU, W.M.W. “**Corruption in the construction industry: Forms, susceptibility and possible solutions**”. CIDB. South Africa. 2003.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. “**Corruption**”. *The Quarterly Journal of Economics*, United States, v. 108, n. 03, 1993.

SPRICIGO, Paulo Sergio; FONSECA, Sergio Azevedo. Innovations in the proceedings for purchases and contracts in the public administration: short-term evaluation of the contributions of the new kinds of auction (public auction, electronic auction). *Temas de Administração Pública*, Araraquara, v. 2, n. 3, 2008.

TAVARES, L, D; PEREIRA, N. B. A Transparência Pública na Era Digital. In: SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, 5., 2011, Florianópolis,.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, F. **Portal TCU. Inovação no setor público**. Disponível em: <portal.tcu.gov.br/inovatcu/noticias/inovacao-no-setor-publico.htm> Acesso em 25 de maio de 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administrador 7, 83, 91, 93, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 185

Agenda Governamental 8, 196, 197, 198, 199, 202, 203, 207

Agroecologia 153, 158, 161, 163, 164, 165

Alimentação 96, 130, 140, 141, 142, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 193

Aprendizagem 6, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 48, 49, 53, 54, 57, 58, 61, 65

Autogestão 167, 169, 179, 180

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 20, 30, 34, 38, 79, 103, 104, 109, 137, 138, 139, 143, 145, 149, 150, 187, 202, 209

C

Capitalismo 15, 18, 96, 98, 167, 169, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181

Cidadania 7, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 183, 188, 189, 209

Ciência 38, 47, 55, 56, 59, 99, 100, 101, 102, 163, 164, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 207, 208

Comportamento 19, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 99, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 120, 121, 122, 155

Consumo 7, 34, 133, 141, 142, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 172, 188

Contrato 9, 173, 183, 184, 185, 186

D

Design 22, 56, 58, 65

Discurso 7, 57, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 89, 90, 158, 159, 162, 163, 165, 167, 174, 175, 178, 180

Doença de Parkinson 35, 36, 38, 44, 45

Doenças Neurodegenerativas 35, 43

E

Empreendedor 7, 106, 107, 108, 109, 110, 121, 122, 130, 174, 202, 204, 207, 208

Empreendedorismo 7, 106, 107, 109, 110, 120, 121, 128, 130, 141, 173, 175, 179

Empresa 26, 31, 77, 82, 83, 88, 89, 97, 109, 130, 136, 137, 144, 145, 147, 148, 172, 177, 187, 198, 199, 204

F

Farmacêutico 6, 35, 41, 42, 43, 44

Fast food 7, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151

Flexibilização 11, 167, 169, 175, 177, 178

Fordismo 8, 167, 168, 169, 170, 176, 177, 181

G

Gastronomia 7, 128, 129, 130, 131, 133, 140, 141, 150, 152, 164

Gênero 6, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 34, 57, 58, 63, 64, 65, 111, 113, 123, 185, 187

Gestão 6, 7, 8, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 41, 51, 55, 99, 102, 103, 108, 128, 129, 130, 131, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 150, 155, 156, 171, 173, 182, 183, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 200, 201, 203, 209

H

Hospedagem 7, 140, 152, 155, 157

Hospitalar 41, 42, 43, 44

I

Imagem 7, 28, 72, 77, 78, 82, 84, 89, 132, 137

Infância 7, 48, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76

Inovação 8, 7, 11, 62, 77, 94, 107, 108, 109, 110, 150, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 182, 192, 193, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209

J

Jogo pedagógico 6, 56, 57

L

Licitações Públicas 8, 182, 183, 189, 191, 193

Linguagem 67, 68, 76

M

Medicamento 39, 40, 41, 42, 43

Mulher 6, 14, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 27, 57, 59

O

Oportunidade 7, 18, 56, 106, 108, 109, 110, 113, 120, 121, 127, 136, 206

Organização 8, 4, 5, 8, 10, 12, 17, 21, 42, 53, 70, 71, 74, 82, 84, 87, 89, 98, 100, 108, 109, 129, 130, 137, 144, 148, 150, 154, 156, 158, 159, 165, 167, 170, 177, 180, 185, 187

P

Parque Tecnológico 8, 196, 197, 200, 202, 207

Planejamento 3, 5, 6, 87, 106, 108, 109, 110, 113, 120, 122, 125, 126, 129, 130, 131, 140, 148, 151, 166, 170

Precarização 167, 169, 176, 177, 178, 179, 180

Presídio 51

Processos 7, 6, 52, 57, 69, 100, 108, 109, 131, 133, 141, 143, 144, 145, 148, 150, 154, 168, 170, 172, 174, 175, 191, 198, 199, 202, 204, 208

Produção 2, 16, 24, 26, 27, 53, 57, 58, 61, 73, 78, 79, 80, 82, 84, 98, 102, 130, 131, 133, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 197, 198, 199, 204, 206

R

Relações étnico-raciais 6, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64

Restaurante 7, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 148, 149, 150

S

Serviços 15, 21, 26, 38, 41, 52, 108, 109, 128, 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 149, 150, 156, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 185, 186, 187, 190, 191, 193, 201, 203, 205

Serviço Social 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25

Sexualidade 19, 25, 58, 63, 65

Sustentabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 153, 156, 158, 161, 163, 165, 208

T

Tecnologia 56, 59, 87, 128, 129, 139, 140, 150, 158, 163, 173, 182, 191, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 209

Teoria 6, 6, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 46, 47, 48, 55, 67, 68, 73, 81, 84, 89, 98, 100, 108, 110, 113, 117, 119, 120, 151, 165, 173, 180, 181, 185, 191

Terapia Ocupacional 6, 26, 34, 40

Trabalhador 26, 27, 31, 34, 72, 98, 150, 159, 160, 167, 173, 176, 178, 180

Transformação social 6, 1, 3, 4, 5, 8, 9, 70

Transparência 182, 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Tratamento 6, 22, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 70, 75, 88, 93, 130, 184, 188

U

Uberismo 8, 167, 168, 169, 176, 177, 178, 179, 180

V

Violência 6, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 51

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021